

Editorial

Igualdade na disputa

Em meio à maratona de vestibulares das faculdades públicas que acontece no mês de novembro, o anúncio feito nessa terça-feira pela **Unicamp - Universidade de Campinas** chama a atenção para antigos debates em relação ao acesso às vagas nas universidades públicas. O conselho universitário aprovou a proposta para implementação de cotas étnico-raciais para o vestibular 2019. Também foi dado aval para criação de um vestibular indígena, que seria obrigatório a partir de 2021. A universidade também vai ofertar vagas por meio do Enem e abrir cadeiras extras para alunos que se destacam em olimpíadas de abrangência nacional. As alternativas para democratizar o acesso à universidade pública são discutidas há anos, e agora começam a ser implantadas em algumas unidades. Começaram pelas federais, e agora também chegam às estaduais paulistas. Na Unesp, 50% das vagas de cada curso são destinadas ao Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública.

Existe no Brasil uma necessidade de criar meios que permitam ao aluno carente, vindo da escola pública, ter também a chance de ingressar nas concorridas universidades públicas. Do contrário, prosseguiria o quadro de inversão no momento em que o estudante sai do Ensino Médio e vai para a faculdade, com oriundos do ensino privado ocupando a imensa maioria das vagas nos cursos públicos de graduação. O problema é que, assim como várias outras estruturas no país, os sistemas de cotas e reservas nem sempre servem às suas verdadeiras causas. Vale lembrar os casos de estudantes que se auto-declararam negros, embora não sejam; ou os casos de jovens de famílias com excelente condição financeira recebendo bolsas de ajuda. O ideal seria qualificar a educação pública desde a pré-escola, permitindo reais condições de igualdade na hora de fazer o vestibular.